



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Restaurante Escola Solidário: Projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense em Parceria com a Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Volta Redonda

Área Temática: Relato de Experiências, Metodologia e Extensão

Eduardo Carreiro¹, Flávia Siqueira Chaves², Jairo Nunes³, Luis Henrique Abegão⁴, Marcos Delgado⁵, Vívian Magalhães Rodrigues⁶

¹ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – eduardolpc@id.uff.br

² Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – flaviasc@id.uff.br

³ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – jaironunes@id.uff.br

⁴ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ PhD – lhabegão@id.uff.br

⁵ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – marcos_delgado43@hotmail.com

⁶ Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ – vivi_magarodri@hotmail.com

Resumo

O município de Volta Redonda está fomentando, por meio de sua Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), uma política pública na área de Economia Solidária. Nesse contexto há um número expressivo de beneficiárias de seus dois Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA) em condições de constituir empreendimentos solidários. Considerando ainda a oportunidade de implantação de um serviço de alimentação no novo prédio do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHSVR), a UFF, por intermédio do Programa de Apoio a Iniciativas Sociais (PAIS), propôs à Prefeitura de Volta Redonda a construção do Restaurante-Escola Solidário.

O restaurante servirá como oportunidade de geração de renda e preparação para atuação no mercado às beneficiárias dos CEPA's, bem como de formação e vivência prática na área de gestão a alunos participantes do projeto. Além disso, oferecerá um serviço de alimentação de qualidade e a preços adequados a alunos e servidores do novo campus da UFF em Volta Redonda.

O projeto pretende, em 2012, elaborar a proposta técnica do Restaurante-Escola Solidário; articular parcerias necessárias à sua implementação e funcionamento; preparar as beneficiárias e os alunos da UFF para o trabalho de autogestão do empreendimento; e captar recursos para implantação do restaurante.

Palavras-chave: Economia Solidária, Gestão de Iniciativas Sociais, Inclusão Sócio-Produtiva



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

1 Introdução

Por consideráveis décadas do século XX as economias industriais atrelaram o desenvolvimento econômico ao crescimento do produto interno, cujo aumento funcionaria como uma panaceia pronta a resolver todos os problemas, inclusive as mazelas da pobreza. Em maior ou menor grau, países latino-americanos e africanos procuraram seguir à risca o modelo de desenvolvimento baseado em critérios quantitativos associados fatores como indústria, capital e tecnologia.

A experiência brasileira tornou notório quão aquém das reais necessidades da população ficaram os resultados obtidos pela aplicação fiel do receituário desenvolvimentista. Após 1960, já uma economia industrial, o Brasil passa a confrontar-se com uma realidade dicotômica: uma economia geradora de considerável produto, porém com uma significativa parcela excluída dos frutos do desenvolvimento. O aumento da riqueza não atingiu a sociedade como um todo, ao contrário, os períodos em que o país experimentou os mais substanciais índices de crescimento econômico (notadamente a segunda metade da década de 1950 e o início dos anos 1970) coincidem com os maiores níveis de desigualdade de renda até então observados (BRUM, 2005).

Os anos 1980 – quando fracassou o controle da inflação – pouco contribuíram para o aumento da atividade econômica, menos ainda para uma política redistributiva. Os acontecimentos desencadeados pelos mecanismos de reajuste do salário mínimo minaram as possibilidades de duradouras melhorias reais de renda dos trabalhadores. Os cinematográficos confiscos de gado, as ativas “fiscais do Sarney” e o esvaziamento de gôndolas de supermercados são marcas do período. Sem esquecer as miraculosas aplicações financeiras que rendiam vultosas somas em curtíssimo tempo (GREMAUD, VASCONSELLOS & TONETO JR., 2004).

A década seguinte herdou uma inflação crônica, cujo combate respaldou-se no discurso neoliberal de que a política econômica para uma economia estável requeria controle da inflação, estabilidade monetária e equilíbrio das contas públicas. O Estado brasileiro adotou políticas de austeridade fiscal, abertura econômica, atração de capital externo, elevação de juros e da carga tributária e privatizações (FIORI, 1994).

Pois bem, o exitoso programa de estabilização derrotou a inflação, mas gerou um píffio crescimento econômico e elevou o desemprego, a precarização do trabalho e as desigualdades sociais. Também encolheu a participação do Estado na economia e reduziu seus gastos, notadamente na área social. Juntamente com o enfraquecimento do já frágil sistema de proteção social brasileiro, a década de 1990 fez também emergir os movimentos sociais organizados por temática, ao invés dos representativos movimentos classistas dos anos anteriores. Fortaleceram-se também organizações da sociedade civil que passaram, em muitos casos, a funcionar como supridoras de demandas sociais não atendidas pelo Estado (BACELAR, 1996).

Nesse contexto, propagaram-se iniciativas populares para geração de trabalho e renda. Tais experiências, dadas a singularidade de organização e gestão, têm compreendido um contexto mais amplo e complexo, funcionando não só como alternativa ao desemprego como também ao combate à exclusão social, e exercendo, ainda, um importante papel de crítica aos cânones da economia de mercado. Assim, esses empreendimentos sociais assumem contornos e



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

princípios da economia solidária e vêm assumindo presença significativa nas esferas socioeconômica e política, requerendo ações para seu fortalecimento e difusão.

Se é notória a propagação de movimentos de economia solidária, é também fato a existência de dificuldades que ameaçam a sustentabilidade dos mesmos e expõe sua natureza vulnerável. Eles enfrentam problemas desde a formalização do empreendimento até a comercialização de seus produtos. Têm acesso restrito a crédito e a autogestão é dificultada pela precária capacitação gerencial. Aqui, a universidade tem um espaço profuso para o exercício da extensão universitária, visto que os saberes e práticas que desenvolve podem ser aplicados na busca de soluções para a problemática dos grupos solidários. De modo similar, o incremento dessas experiências requer o envolvimento da esfera pública, apoiando e subsidiando os grupos pela via de políticas públicas dinâmicas, próximas à realidade de seus beneficiários e estruturadas para que estes assumam um papel ativo no processo, dirimindo o caráter assistencialista que historicamente as políticas sociais assumiram.

A seguir, discutem-se extensão universitária, economia solidária e políticas sociais, para se analisar, a luz de tais ideias, a proposta de um restaurante escola solidário na Universidade Federal Fluminense (UFF) no Campus do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda.

2 A economia solidária na perspectiva da extensão universitária

A existência de iniciativas associativas e cooperativas, não raro, está associada ao surgimento da economia de mercado. Algumas das primeiras experiências engendraram-se no bojo da revolução industrial inglesa, no século XIX. Contudo, os princípios da economia solidária, que se estabeleceram desde então, não se constituem apenas alternativas de organização econômica, eles propõem a crítica ao caráter eminentemente desigual do sistema econômico vigente. Um dos pilares dessas organizações é, portanto, a proposta de outra lógica, que não a do lucro – a lógica da coletividade, da cooperação solidária, do bem comum, da justiça social (SINGER, 2002).

No Brasil, a multiplicação de grupos solidários surge em condições similares: a compressão do emprego e da renda na década de 1990. Surgem, nesse contexto, como resposta ao processo de concentração econômica e de exclusão social. Mas, o caráter diferencial dos empreendimentos não lhes garante um nicho privilegiado, eles têm que se organizar, produzir e comercializar no mercado. Então, avolumam-se também as suas dificuldades: o surgimento em um cenário de vulnerabilidade, o escasso domínio de habilidades gerenciais, o desafio das relações interpessoais e da tomada de decisão de forma coletiva, os empecilhos econômicos, legais, institucionais que se impõem a organizações de pequeno porte etc. Justamente a não existência de um mercado paralelo, adaptado às especificidades dos empreendimentos econômicos solidários, aliada às diretrizes da solidariedade e da gestão coletiva, demandam o melhor conhecimento do perfil destas iniciativas, com o propósito de fortalecê-las.

A economia solidária, desde o seu surgimento no Brasil, vem sendo amparada, se não por políticas públicas efetivas, por iniciativas de instituições e órgãos públicos, bem como por organismos não governamentais de caráter público. Vale destacar aqui a atuação das universidades públicas nesse processo, mais especificamente por meio da criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, que passam a oferecer um suporte, não apenas de caráter pontual, à consolidação das iniciativas de economia solidária.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Todavia, é com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, que começam a delinear-se as diretrizes de uma política pública de fomento aos empreendimentos solidários de maior vulto.

Como espaço privilegiado de reflexão e crítica, reconhecido pela sociedade, a universidade, sobretudo no contexto brasileiro, deve dar ênfase à análise dos problemas sociais advindos da dissociação entre os objetivos vislumbrados e perseguidos pelo desenvolvimento econômico e as exigências necessárias à promoção de um desenvolvimento social efetivo e sustentável.

Para tal, deve considerar o saber/fazer que se estrutura nos diferentes espaços sociais fora da universidade como o ponto de partida para a construção de um saber acadêmico que possa suscitar um fazer – seja por parte da própria universidade como pelo poder público ou outros agentes sociais – que contribua para a maior efetividade das intervenções voltadas para a melhoria das condições sociais, em especial daqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.

Dentre as atividades precípuas da universidade, a extensão delineia-se como aquela que possibilita uma compreensão e uma reflexão sobre a realidade social aliada à promoção de ações de interesse social, ao reunir e acolher sujeitos sociais diversos em atividades educacionais, culturais, científicas ou de prestação de serviços, realizadas no próprio espaço universitário ou fora dele.

Neste sentido, a extensão universitária é capaz de promover atividades geradoras de diálogo entre o pensar acadêmico e as experiências e saberes advindos dos contextos sociais mais diversos. Este diálogo entre a universidade e a sociedade viabiliza a produção de conhecimentos acadêmicos mais afinados com os problemas sociais concretos, os quais podem traduzir-se em uma práxis orientadora das intervenções sociais.

De forma privilegiada, portanto, a extensão universitária configura-se como uma via de mão dupla: ao direcionar à sociedade atividades extracurriculares, propicia a docentes, discentes e pesquisadores um aprendizado concreto sobre os mais variados contextos sociais, que uma vez sistematizado em conhecimento acadêmico, a partir da reflexão teórica articulada pelas atividades de ensino e pesquisa, retorna à sociedade na forma de novas ações de extensão ou em diretrizes para a promoção do desenvolvimento social.

Como nos diz Hennington (2005), “os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, consolidando-se através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos”.

As ações de extensão universitária que se propõem a pensar e agir no âmbito da economia solidária têm a possibilidade de estabelecer um diálogo profícuo com grupos socialmente mais vulneráveis. Quando esse diálogo se estabelece tendo-se como cenário uma política pública, amplia-se a probabilidade de resultados efetivos, isto é, a possibilidade de consolidação dos empreendimentos solidários apoiados pelas ações de extensão universitária. Para tal, a parceria universidade-poder público torna-se imperativa, possibilitando, por um



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

lado, o acesso facilitado aos potenciais grupos solidários e, por outro, a discussão da política pública com a perspectiva de fortalecimento da mesma.

3 A economia solidária como política da assistência social em Volta Redonda

O desemprego e a falta de qualificação profissional sempre estiveram presentes no cenário industrial brasileiro, criando assim um número significativo de pobres, sobretudo na área urbana, que passam a depender de paliativos para sua manutenção e sobrevivência. Em Volta Redonda não foi e não é diferente, pois a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não representou oportunidade de emprego para todos que aqui se estabeleceram, gerando assim uma população que sempre demandou atendimento assistencial. Essa necessidade fez surgir entidades destinadas a amenizar o conjunto das expressões da questão social gerada no município e, posteriormente, um setor municipal que fosse capaz de organizar os atendimentos nessa área.

Neste contexto, em 2005, tem início no município de Volta Redonda a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que tem por objetivo organizar a implementação da Política Nacional de Assistência Social, como cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, em dezembro de 2003, que afirmam o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social em concretizar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A Política Nacional de Assistência Social tem como centralidade a família, por entender que, ao longo do tempo, a família vem sofrendo uma transformação em consequência, sobretudo, da ordem neoliberal, que reestrutura o mercado de trabalho, impossibilitando a muitos representantes de famílias menos favorecidas de provê-las adequadamente.

As atividades-fim da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) estão organizadas segundo dois programas. O Programa de Proteção Social Básica, cuja ação prioritária configura-se no Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e cuja “porta de entrada” são os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Para tal, o município foi dividido em seis regionais, funcionando em cada uma delas um CRAS com uma equipe composta de técnicos e auxiliares administrativos, tendo ainda cada regional uma média de 3 a 4 Centros de Atividades Múltiplas – CAM, totalizando 24 unidades de atendimento à população de Volta Redonda.

Nos CAM funcionam oficinas com atividades que vão desde o aprendizado de corte de cabelo, costura, eletricitista, artesanato, manicura, bijuteria, bordado, customização até atividades para crianças, como capoeira e dança, e atividades para a terceira idade.

O CIP foi criado em 2003, com a perspectiva de fomentar a economia solidária em Volta Redonda, por meio da formação de grupos, associações ou cooperativas. O objetivo do CIP é, portanto, o de desenvolver ações de informação, capacitação e assessoria voltadas especialmente para organização de grupos de economia solidária orientados para a sustentabilidade, como uma possibilidade efetiva de inclusão produtiva de usuários da política de assistência social. Com isso, pretende-se contribuir para a melhoria de vida da população de baixa renda e, conseqüentemente, para o crescimento da economia local.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

A partir de 2009 a SMAC deu origem a uma iniciativa de capacitação específica na área de alimentação por meio de dois Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA). Os CEPA's estão vinculados ao CIP e oferecem uma oportunidade concreta às beneficiárias de aprendizado e geração de renda.

Como resultado da integração das duas vertentes – proteção social básica e especial – de atuação da SMAC, os usuários do CIP são, geralmente, oriundos das oficinas que ocorrem nos CAM, ou seja, são aquelas pessoas que demonstram interesse em desenvolver trabalhos para geração de renda e com potencialidade para formação de grupos de economia solidária.

O envolvimento da UFF com a SMAC deu-se por meio do Programa de Apoio a Iniciativas Sociais - PAIS - vinculado ao Departamento de Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda. Os docentes, que já haviam tido experiências em assessoria a empreendimentos solidários, e que se dispuseram, por meio de um projeto de extensão envolvendo alunos de graduação, a prestar assessoria aos potenciais grupos de economia solidária criados no âmbito do CIP. Isso veio ao encontro dos anseios da SMAC, na medida em que não havia na equipe do CIP profissionais qualificados para essa função.

Essas experiências serão replicadas nos CEPA's, especificamente por meio do Restaurante-Escola Solidário, que pretende reunir numa mesma iniciativa a formação e a vivência em produção alimentar e autogestão do restaurante por parte das beneficiárias dos CEPA's, servindo como uma espécie de incubadora de novos empreendimentos solidários na área de alimentação.

A constituição do Restaurante-Escola Solidário envolverá, por um lado, a assessoria às beneficiárias dos CEPA's no que diz respeito à operação e autogestão do empreendimento, e, por outro, o aporte de recursos para aquisição de equipamentos e insumos para dar início à produção do restaurante. Além disso, a iniciativa servirá como um campo para a vivência de alunos do ICHSVR na gestão do restaurante.

4 Surgimento do Restaurante Escola Solidário

A ação proeminente do Programa de Apoio a Iniciativas Sociais (PAIS) é a assessoria a grupos de produção autogestionários no campo da economia solidária em Volta Redonda e região.

A partir da participação do PAIS na organização e condução da II Conferência Regional de Economia Solidária do Médio Paraíba, que antecedeu à mudança do ICHSVR para o campus no Bairro do Aterrado, surgiu a ideia de ocupar o espaço destinado ao serviço de alimentação do novo prédio do ICHSVR com um empreendimento de cunho social. A ideia foi apresentada ao Prefeito de Volta Redonda, que se interessou em entrar como parceiro na implementação do Restaurante-Escola Solidário, por considerá-lo como uma oportunidade ímpar de geração de renda e qualificação para as beneficiárias dos Centros de Educação e Produção Alimentar (CEPA).

Ainda em 2010 algumas ações foram realizadas, no âmbito do PAIS, com o objetivo de viabilizar a implementação do Restaurante-Escola Solidário. Estas foram (1) o compromisso do Prefeito e do Secretário de Ação Comunitária de Volta Redonda em aportar recursos para a implantação do Restaurante-Escola Solidário; (2) a anuência da Direção da ICHSVR quanto à seção do espaço para instalação do restaurante; (3) o apoio do Restaurante Popular de Volta



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Redonda na montagem do processo de produção do restaurante, bem como na preparação de beneficiárias dos CEPA para produção de refeições em larga escala; (4) e o apoio do Banco da Cidadania no contato e negociação com potenciais fornecedores.

Em 2011, o esforço concentrou-se no detalhamento da proposta do restaurante escola solidário e a avaliação das reais condições institucionais e de infraestrutura para a sua implantação. Após as articulações institucionais entre Universidade e Prefeitura iniciou-se um diálogo com as beneficiárias dos CEPA's, com o propósito de alinhar expectativas e definir aspectos organizacionais do empreendimento.

5 Cronograma Geral de Execução do Projeto

Atividade*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3
Articulação com governo local (Prefeituras, Universidade, Secretaria de Ação Comunitária, Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria de Planejamento, Conselho de Assistência Social)	X														
Construção do Restaurante-Escola Solidário no campus UFF de Volta redonda	X	X	X	X	X	X									
Compra de Materiais, Equipamentos e Utensílios	X	X	X	X											
Recrutamento da Equipe Local de fomento e apoio técnico à cooperativa	X	X	X												
Treinamento Contínuo da Equipe Local	X	X	X	X	X										
Mobilização do Público Alvo				X	X	X	X								
Reunião geral da equipe técnica e beneficiárias cooperadas				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenvolvimento e prestação dos serviços do Restaurante-escola à comunidade local e universitários.			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa Socioeconômica									X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa Sociofamiliar														X	X

*Mensal

6 Inovação

Há experiências no Brasil de Restaurantes-Escola cujo funcionamento implica no treinamento dos alunos, de forma individual, para desempenhar funções específicas no estabelecimento,



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

com vistas a uma inserção profissional no setor. Há ainda, experiências de cozinhas comunitárias, as quais são quase sempre montadas com o aporte de recursos do poder público e assumidas, em sua operação, por um coletivo de pessoas. O objetivo, neste caso, é garantir renda aos envolvidos e alimentação de qualidade e preço justo a população da área de influência.

No caso do Restaurante Escola Solidário, ele assume a função dos restaurantes escola convencionais no que tange a qualificação, com a perspectiva de que haja um rodízio das beneficiárias nas distintas funções do restaurante. Acrescenta-se a essa qualificação uma formação para a autogestão do restaurante. Sendo assim, a perspectiva coletiva das cozinhas comunitárias está presente, mas com a diferença que o restaurante será um local de passagem e que será um encaminhamento posterior dos beneficiários até a inserção individual no mercado de trabalho, mas o que se espera é que o restaurante venha a fomentar empreendimentos de economia solidária no setor alimentício.

Extrapolando a iniciativa, podemos dizer que a incorporação da Economia Solidária na política de Ação Social, como forma de construir uma alternativa viável de inserção produtiva de seus beneficiários pode não ser de todo inédita, mas mostra-se ainda como uma alternativa em construção, haja vista que, a Economia Solidária como política pública é bastante recente.

A junção destas políticas faz todo sentido, na medida em que a Ação Social mostra-se como uma porta de entrada aos menos favorecidos a uma cidadania ampliada, e a política de Economia Solidária pode vir a ser essa porta de saída que garante dos beneficiários da Ação Social uma liberdade econômica e social.

7 Relevância da Inovação Tecnológica

Ampliar as capacidades e oportunidades das beneficiárias das ações de inclusão socioprodutiva da política de Assistência Social, preparando-as, não só para uma assunção das tarefas operacionais do restaurante, como das funções gerenciais a partir de uma vivência autogestionária.

O propósito da iniciativa é ser um local permanentemente de formação e de geração de oportunidades de trabalho e renda às beneficiárias da assistência social, seja por meio da sua inserção no mercado de trabalho ou pela constituição de empreendimentos individuais consolidados.

Os principais agentes técnicos envolvidos serão os universitários que, através das ações de extensão, articularão com os órgãos públicos e entidades sociais e econômicas privadas a fim captar recursos e apoio para a execução do projeto. Para os universitários, o empreendimento se mostra relevante tanto por oferecer refeições de qualidade e a preço justo, como por proporcionar oportunidade de vivência de processos operacionais e gerenciais. Desenvolvendo a perspectiva para uma gestão não heterônoma, como normalmente lhes é apresentado.

8 Conclusão

A proposta do Restaurante Escola Solidário agrega numa mesma iniciativa as dimensões da prestação de serviço, da formação vivencial e da geração de renda. Para a comunidade acadêmica e de seu entorno, o empreendimento representa uma alternativa de alimentação



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

saudável e a preços justos, além de uma experiência de relação com um empreendimento autogestionário e solidário.

Para os discentes diretamente envolvidos com o projeto, o restaurante representa uma formação alternativa baseada na vivência prática em áreas como: produção, gestão, finanças, jurídica e comunicação. De modo transversal, esse aprendizado específico nas áreas será perpassado pela perspectiva autogestionária de condução do processo de tomada de decisão.

Para as beneficiárias dos CEPA's, o empreendimento representa uma oportunidade concreta de geração de renda, uma qualificação para os processos operacionais e de gestão do restaurante, além de possibilidade futura de inserção no mercado de trabalho ou desenvolvimento de novos empreendimentos solidários.

Os desafios atuais da implementação do Restaurante Escola Solidário consistem na seleção das beneficiárias, na preparação dos alunos que estarão envolvidos com o projeto e na renovação periódica do quadro (que se realizará a cada semestre).

Espera-se que ao final do ciclo de vivência e aprendizado por parte das beneficiárias dentro do ambiente do Restaurante-escola, essas tenham o preparo e a oportunidade de constituir um empreendimento solidário, não só na área gastronômica, mas também nos demais ramos econômicos de mercado.

9 Referências

BACELAR, T., 1996. *As Políticas Públicas no Brasil*. In: Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. Movimentos sociais e políticas públicas. Salvador: CESE, p. 11-27.

BEDÊ, W. A., 2004. *Era Vargas 1941-1964: história social*. Volta Redonda: Secretaria Municipal de Cultura – SMC/Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

BRUM, A. J., 23005. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 24a ed. Petrópolis: Vozes.

FIORI, J. L., 1994. *Os Moedeiros Falsos*. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 03 jul. 1994.

GREMAUD, A. P.; VASCONSELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R., 2004. *Economia Brasileira Contemporânea*. 5a ed. São Paulo: Atlas.

HENNINGTON, E. A., 2005. *Acolhimento como Prática Interdisciplinar num Programa de Extensão Universitária*. In: Caderno de Saúde Pública, vol. 21, n. 1, p. 256-265, Jan./Feb. 2005. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

RIBEIRO, G. M., 2006. *A Implantação da Política Nacional de Assistência Social no Município de Volta Redonda: do planejamento à execução*. Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: UniFOA.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.

SINGER, P., 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: P. Abramo.

THIOLLENT, M., 1996. *Metodologia de Pesquisa Ação*. 7a ed. (1985 – 1ª ed.) São Paulo: Cortez Editora.